



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001859-86.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Contratação emergencial - Dispensa de licitação tradicional – Contratação de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

**DESPACHO Nº 1344 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEMAP ([1065297](#)), objetivando a contratação emergencial de pessoa jurídica especializada em serviços de seguro, para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD (evento [1065357](#)).

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 2233/2023 ([1065555](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SEMAP, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** pesquisa de preços ([1066489](#)) e cotação de preços ([1066963](#)); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1076771](#)), com valor estimado de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos); **c)** Termo de Referência n. 6/2023-SEMAP ([1065705](#)).

O Termo de Referência n. 6/2023-SEMAP ([1065705](#)) reproduziu as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, fundada na situação de **emergência**, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de instrumento contratual e, por fim, à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1077276](#)).

Realizada a Cotação de Preços no mercado local mediante e-mail enviado à SURAMA Corretoras de Seguros (detentora do CNAE referente à cotação de seguros), das 3 (três) empresas que apresentaram resposta à pesquisa de mercado realizada pela SEMAP, por meio da SURAMA Corretora de Seguros, apenas a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, encaminhou propostas comerciais ([1066489](#)), conforme teor da ICVC ([1076771](#)), e, posteriormente, comprovou a sua regularidade e habilitação exigidas para contratar com este Regional.

A Seção de Apoio às contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 6/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([1077213](#)), complementado pela cotação juntada no evento [1066489](#), que encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO ([1077742](#)).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([1078198](#)). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 32.936,40 ([1078237](#)), para custear o valor total da despesa.

A SECONT elaborou a minuta de contrato ([1079229](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1079230](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 248/2023 ([1079966](#)), concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 6/2023 – SEMAP ([1077213](#)) - também analisado e julgado regular pela SAC ([1077742](#)), caso



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação EMERGENCIAL, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61.198.164/0001-60, vencedora da cotação de preços, no valor R\$ 32.936,40, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro, e que também comprovou a regularidade fiscal, econômica, trabalhista e a habilitação técnica, conforme documentos juntados nos eventos [1078448](#), [1078450](#), [1078453](#) e [1079162](#). Por fim, aprovou os termos da minuta do contrato ([1079229](#)), em cumprimento ao § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021. Entendeu, ainda, ser necessária a publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação **dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação**: Documento de Formalização da Demanda ([1065357](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1076771](#)), Termo de Referência ([1077213](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, pela autoridade competente, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1076771](#)); contratação direta da empresa **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, no valor total de **R\$ 32.936,40**, vencedora da cotação de preços para prestação dos serviços pelo período de 1 (um) ano, por dispensa de licitação em caráter emergencial, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso VIII, da Lei. nº 14.133/2021](#); e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 476/2023-GABSAOFC - [1080520](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Conforme relatado, a SEMAP pleiteou, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada em serviços de seguro, para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO, justificando a necessidade da presente contratação emergencial, em razão dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.

Ademais, no TR ([1077213](#)) justifica também que a presente contratação deve-se ao fato da rescisão contratual por parte da seguradora, AXA SEGUROS S.A., conforme registro de comunicado no Processo n. [0001801-25.2019.6.22.8000](#), evento [1062644](#):

- a) Os serviços prestados são de extrema necessidade visto que é para a proteção de todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. O pedido de não renovação do contrato por mais 1 (um) ano por parte da empresa acima mencionada conduz à uma contratação emergencial de modo a suprir a ausência de contratada para este escopo tão necessário ao desenvolvimento das atividades nesta Instituição.
- b) Diante de tal fato, será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do **art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021**, visto que caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
- c) E no corrente ano será elaborado novo termo de referência para a contratação via processo licitatório normal, com prazo de contrato maior do que o período emergencial.

Destaca-se, ainda, que no DFD ([1065357](#)), especificamente no campo reservado às **Informações Adicionais**, a unidade demandante



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sugeriu a dispensa de ETP, Mapa de Riscos e Indicação de Equipe de Planejamento da Contratação apresentando as seguintes justificativas:

A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

O processo de contratação estava em fase de consulta com a empresa para continuidade ou não do Carta-Contrato n. 17/2019 ([0879354](#)). A empresa manifestou-se pela não continuidade do contrato pelos motivos aduzidos no e-mail ([1062644](#)). Situação esta que desencadeou a urgência nesta nova contratação.

ante tal situação, com a execução da contratação emergencial nos moldes na Lei n. 14.133/2021, busca-se mais prazo para elaborar um novo processo normal de contratação dos serviços, sendo que após a efetivação da contratação emergencial advirá mais tempo para executar o processo ordinário de contratação.

Além disso, o próprio DFD também afastou a possibilidade de processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022, justificando da seguinte forma:

A pretensa contratação é importante para Administração, pois este contrato tem a finalidade de suprir a lacuna deixada pela empresa Axa Seguros S. A. O procedimento de dispensa eletrônica é um instrumento muito recente implantado na administração, não testado e consolidado ainda, portanto o risco seria a sua aplicação neste momento e o fim a que será utilizado a atualização do custo da obra e, não ter a celeridade necessária, poderá prejudicar o planejamento da licitação da execução da obra da futura sede, previsto para o final deste exercício.

Assim, esta unidade entende, diante do contexto exposto, sugerimos, por cautela, s.m.j, a dispensa da dispensa eletrônica, com fundamento no dispositivo da IN 9/2022 ([0917187](#)), art. 28, §2º, I, que a pretensa contratação seja processada da forma tradicional.

Nota-se, assim, que a presente contratação emergencial visa, de fato, preservar a continuidade da prestação dos serviços e das atividades finalísticas deste tribunal e proteger o patrimônio do TRE-RO dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.

Portanto, não resta outra alternativa que não seja a via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso VIII do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;**

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Pela simples leitura do dispositivo legal citado, denota-se que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da emergência;

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

No caso em análise, **constata-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP no capítulo 3 do TR ([1077213](#)), cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada.** Acrescente-se ainda que, de acordo com o **item 7.1.1 do TR**, prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, ou seja, 1 (um) ano, contado da emissão da apólice de seguro, na forma do subitem 7.1.4, alínea "f", com fundamento no art. 75, VIII, da lei n. 14.133/2021.

Não obstante, de acordo com a Informação 129/2023 - SEMAP ([1079185](#)), o contrato que se pretende terá prazo de execução de 1



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(um) ano a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro até o término da data de seu vencimento, não sendo permitida a prorrogação, o que revela que foi dimensionado para o atendimento da situação emergencial e o necessário planejamento para nova contratação, nos termos do **inciso VIII do art. 75 da L. 14.133/2021**.

Assim, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico, cabível será a dispensa de licitação por emergência, considerando que, **neste momento**, não se mostra possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à continuidade das funções desta Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Não obstante, verifica-se que no caso concreto a melhor solução adotada realmente é o processamento da contratação de forma direta, por dispensa de licitação, ante a situação de emergência devidamente demonstrada nos autos, enquadrando-se nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - valores praticados pelo mercado: situação que foi demonstrada por meio da pesquisa de preços levada a cabo pela unidade demandante ([1066489](#) e [1066963](#)) e analisada na Seção 3.1.2 do parecer jurídico ([1079966](#));

II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório: a unidade indicou que haverá tempo suficiente em 1 (um) ano para elaborar um novo processo com todos os elementos necessários para evitar possíveis falhas existentes no modelo de contratação anterior, consoante item 4 do TR nº 6/2023 – SEMAP;

III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial: sobre este ponto, a AJSAOFC entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3 do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que a **contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1065357](#)); b) Estimativa da Despesa ([1076771](#)); e c) Termo de Referência ([1077213](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Por fim, devido tratar-se de dispensa não em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, com serviços que resultam obrigações futuras à contratada, é imperiosa a adoção do instrumento de contrato, cuja minuta foi juntada ao processo pela SECONT ([1079229](#)) e devidamente analisada pela AJSAOFC, que aprovou seus termos, ante a constatação da adequação às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **autorizo** a dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**, reconhecida pela SAOFC, na forma do **inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021**, e

**1 - Aprovo o Termo de Referência n. 6/2023 – SEMAP ([1077213](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [1076771](#)**, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

**3 - Adjudico o objeto à empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor total de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), em favor da referida empresa; e





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4 - Determino a publicação do ato de dispensa**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como **do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/11/2023, às 20:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082604** e o código CRC **672108B6**.